

A CADEIA PRODUTIVA DA LAVOURA ORIZÍCOLA GAÚCHA FRENTE AO MERCOSUL ¹

Marcelo Cervo Chelotti ²
Meri Lourdes Bezzi ³

Resumo Ao dividir espaços com a pecuária extensiva, a lavoura orizícola foi responsável pela reorganização do espaço agrário na maioria dos municípios da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, aumentando a arrecadação de impostos e dinamizando a economia regional. A cadeia produtiva da lavoura orizícola começou a desestruturar-se com a abertura do mercado brasileiro ao exterior, especialmente ao Mercosul. Atualmente, a cadeia produtiva da lavoura orizícola vem sofrendo significativas transformações, buscando novos cultivares de melhor qualidade e competitividade, bem como freqüentes reivindicações, por parte dos agricultores, exigindo do Governo Federal uma política agrícola que não desestime a produção interna de arroz, não comprometendo desta maneira o auto-abastecimento do mercado brasileiro.

Palavras chave: Lavoura Orizícola, Dinâmica Regional, Mercosul, Rio Grande do Sul.

Abstract: Rice farming was responsible for the reorganization of the agrarian space, in most of the south area councils of Rio Grande do Sul state, through the division of spaces with the extensive livestock. It increased the collection of taxes and it got alive the regional economy. The productive chain of rice farming began to lose its structure with the opening of the Brazilian market to the exterior, especially to Mercosul. Nowadays, the productive chain of rice farming is suffering significant

¹ Parte integrante do Trabalho de Graduação (TG) apresentado ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM – RS.

² Mestrando em Geografia - FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. E-mail: mchelotti@bol.com.br .

³ Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Santa Maria/UFSM.

transformations, looking for new cultivations with better quality and bigger competitiveness. It also does usual revendications. Farmers demand to the Federal Government an agricultural politics to stimulate the national production of rice, and it doesn't commit the autonomy of the brazilian market.

Key-words: Rice Farming; Regional Dynamics; Mercosul; Rio Grande do Sul.

THE PRODUCTIVE CHAIN OF GAUCHO'S RICE FARMING FRONT OF MERCOSUL

1. Introdução

A lavoura orizícola⁴ desempenha um grande papel econômico no Rio Grande do Sul, especialmente na maioria dos municípios que compõem a Metade Sul⁵. Neste sentido, com a formação dos blocos econômicos, em especial o Mercosul, a lavoura orizícola gaúcha começou a desestruturar-se devido a grande competitividade das lavouras da Argentina e do Uruguai.

Destaca-se que, muitas vezes essas economias regionais possuem características muito singulares entre si, geralmente afetadas com esses acordos comerciais. Neste bojo, encontra-se a lavoura orizícola brasileira, especialmente a gaúcha, que nos últimos anos tem passado por sérios problemas em sua cadeia produtiva, desestruturando boa parte de seu espaço agrário.

Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou sistematizar o processo de evolução e consolidação da lavoura orizícola, dando enfoque na sua importância para a reorganização do espaço agrário na Metade Sul do Rio Grande do Sul, frente aos mercados globalizados.

⁴ Refere-se ao cultivo de arroz irrigado em sistema de várzeas, muito comum nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

⁵ Trata-se de uma divisão regional do Rio Grande do Sul, que se baseia em índices econômicos. Neste sentido, a Metade Sul é caracterizada como uma região de economia tradicional e estagnada, tendo na lavoura orizícola um dos seus únicos pilares de dinamismo econômico

2. A inserção e a evolução da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul

Durante a colonização açoriana, em meados do século XVIII, baseada na pequena propriedade familiar, o arroz do tipo sequeiro era cultivado basicamente para a subsistência. No entanto, foi através da colonização alemã, que teve início no século XIX, baseada em uma agropecuária especializada, que o arroz irrigado começou a ser cultivado. Mas com a sua produção em escala comercial passa a ser cultivado fora das áreas coloniais, destacando-se, a região da Depressão Central e Litoral Ocidental da Lagoa dos Patos⁶. (FRAQUELLI apud BESCOW, 1986).

Portanto, a existência de recursos naturais favoráveis para o cultivo do arroz irrigado, bem como a predominância de extensos vales com muitos mananciais de água, foram fundamentais para possibilitar o surgimento e desenvolvimento da orizicultura nestas áreas do Rio Grande do Sul.

Possuindo características muito específicas para o seu cultivo, como o uso intenso de equipamentos para seu cultivo e irrigação, o arroz irrigado distinguiu-se das demais culturas que eram cultivadas nas áreas coloniais. O processo de irrigação pressupunha um suporte mecânico, com isso, o domínio de algumas tecnologias que grande parte dos agricultores não tinham acesso. Para. (Bescow, 1986)

em 1906, instala-se em Cachoeira do Sul a primeira lavoura irrigada com levante mecânico (...). Foi organizada por um grande proprietário fundiário, criador de gado e advogado, em sociedade com um comerciante e advogado além de outro comerciante, sendo esta lavoura junto com as de Pelotas consideradas o marco da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul onde começa verdadeiramente a história da grande orizicultura no Rio Grande do Sul. (p. 44).

Desta maneira, os primeiros grandes investimentos na produção de arroz irrigado esteve associado a concentração de capital oriundo da

⁶ A lavoura orizícola em grande escala, como exigia um certo grau de tecnologia foi impulsionada pelas reservas de capitais dos grandes pecuaristas da região.

classe pecuarista que exportava charque para outras regiões. Neste contexto, a cultura do arroz estava sob domínio de famílias tradicionais, que segundo Fraquelli *apud* Bescow (1986).

a pecuária é a atividade principal, mas encontrava-se em crise permanente já na década de 1920, a rentabilidade do arrendamento para a orizicultura começa a configurar como uma das possíveis saídas para o setor pecuarista. (p.49)

Pode-se dizer então, que desde os primórdios da inserção da lavoura orizícola, baseada na produção para o mercado, esta lavoura esteve altamente associada a pecuária, onde estas duas atividades econômicas começam a dividir espaços e constituíram uma nova forma de exploração da terra. Assim, durante os períodos de crise da pecuária, uma das alternativas era arrendar parcelas desta terra para os orizicultores, em função da lucratividade da mesma em relação à exploração pecuarista. Neste sentido, para Bescow (1986)

A produção capitalista do arroz no RS não está associada a uma trajetória de diferenciação da produção familiar agrícola – entendida no seu sentido clássico – em que uma parcela minoritária se transforma em capitalista – tanto arrendatários como proprietários fundiários – e a majoritária em proletariados. Nem tampouco corresponde a transformação do grande proprietário de terras em capitalista agrícola.

Entende-se, que a constituição da lavoura orizícola em grande escala, deu-se basicamente em função da existência de uma classe média que possuía como objetivos, a ampliação do seu capital. Portanto, o capital acumulado da pecuária, organizou esta produção em função de um processo de reprodução de capital.

A lavoura orizícola caracterizou-se no Rio Grande do Sul, sob a forma do arrendamento capitalista da terra. Desta maneira, a lavoura orizícola organizou-se basicamente a partir de três classes sociais: os proprietários fundiários, os capitalistas e os assalariados rurais.

Assim, o arrendatário⁷, capitalista dedicado a orizicultura no Rio Grande do Sul, é proprietário de parcela dos meios de produção, ou seja, maquinários e equipamentos agrícolas. Em geral, este arrendatário terra e água, elementos naturais imprescindíveis para o cultivo desta lavoura. O arrendamento capitalista na lavoura orizícola está associada a existência da propriedade privada da terra, ao fato de que esta é monopolizada por uma pequena parcela, geralmente os latifundiários pecuaristas. (BESCOW, 1986).

O espaço agrário gaúcho, começa a conviver com novas relações de trabalho no campo, ultrapassando, dessa forma, as “porteiras das estâncias”, que possuíam a relação patrão e peão. Estas novas relações acarretaram grandes transformações, tanto de âmbito econômico quanto social. Deve-se ressaltar, que apesar de sua constituição ter-se dado sob forma capitalista, com certo grau de tecnologia, a mão-de-obra neste período era bastante utilizada, constituindo assim um grande mercado de força de trabalho.

Alguns acontecimentos significativos, tanto em nível estadual, nacional e internacional fortaleceram a constituição da lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul. Pode-se citar entre estes acontecimentos, a primeira Guerra Mundial e a posterior criação do Sindicato do Arroz em 1926, e a criação da Carteira Agrícola do Banco do Brasil.

A combinação de fatores como o crescimento do mercado interno do Brasil, a crescente urbanização, associado às condições favoráveis de mercados externos importadores de alimentos em função da Primeira Guerra, foram os responsáveis pelo notável aumento da participação da produção de arroz gaúcho no mercado nacional.

Neste período, a escassez de alimentos na Europa, provocada pela Primeira Grande Guerra Mundial estimulou fortemente as exportações de alimentos do Brasil. Assim, foram tantos estímulos a produção de alimentos, que o Ministério da Agricultura em 1917, subsidiou os meios de produção a serem utilizados nas lavouras. Com essa expansão, a produção gaúcha tornou-se uma das principais fornecedoras de arroz. Conforme Bescow (1986):

⁷ O arrendamento capitalista da terra no Brasil começou com a lavoura orizícola no Rio Grande do Sul em meados de 1910, BESCOW (1986).

foi de tal ordem a expansão da lavoura arrozeira, em grande medida provocada por estas vendas destinadas ao mercado internacional, que refletiu numa elevação do seu grau de capitalização (...) Neste período, a lavoura arrozeira inicia a conquista das várzeas da Depressão Central e do Litoral setentrional, transbordando das suas áreas pioneiras nos arredores de Cachoeira do Sul e Pelotas. (p. 62).

Com isso, as elevadas taxas de crescimento da produção orizícola durante este período, estavam associadas ao alto grau de capitalização desta lavoura, possibilitando expressivos aumentos da área cultivada de uma forma bastante rápida. Ressalta-se ainda que, nas áreas onde era cultivado o arroz irrigado, a presença de equipamentos agrícolas era muito intensa. Neste período, o estado do Rio Grande do Sul, concentrava a maior parcela de estoques de maquinários e equipamentos agrícolas.

Verifica-se então, a consolidação de uma agricultura voltada para o mercado interno que crescia em função de um mercado externo que necessitava uma grande demanda de gêneros alimentícios.

Portanto, este momento vivido pelo espaço agrário gaúcho é de suma importância, pois mais uma vez o Rio Grande do Sul torna-se abastecedor de grande parcela de gêneros alimentícios, nesse caso o arroz.

A evolução favorável das exportações de produtos agropecuários e agroindustrializados do Rio Grande do Sul destinados ao mercado interno, estava estreitamente associada ao notável desempenho da economia agroexportadora na década de vinte e a retomada do crescimento industrial na década de trinta, sustentada em altas taxas de expansão dos produtos agrícolas. Este processo foi responsável pela expansão do mercado nacional consumidor de alimentos, aprofundando assim a divisão nacional do trabalho.

Desta maneira, a política de contenção de gastos no período de 1924-26, contribuiu para dificultar as vendas do arroz gaúcho para o mercado nacional, pois sofria, então, concorrência de outros centros produtores que estavam mais próximos ao grande mercado consumidor de São Paulo e Rio de Janeiro. Diante desta situação e estando em desvantagem, os produtores de arroz organizaram-se e criaram o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul em 1926 para lutar em defesa

destes agricultores, pois constituía-se de uma parcela significativa para a economia gaúcha. Desta forma, os orizicultores reivindicavam preços mínimos, regulação da comercialização através do controle de estoque, entre outras solicitações.

Para BESCOW (1986, p. 80) a criação do Sindicato Arrozeiro com auxílio estadual e federal, visou basicamente à sustentação e a ampliação das condições de reprodução da economia capitalista arrozeira do Rio Grande do Sul.

Nesta perspectiva, cabe-se ressaltar que no período correspondente a 1928-37, acontece a primeira grande estagnação da lavoura orizícola gaúcha em função do reflexo da crise econômica mundial de 1929, afetando assim o poder de compra dos mercados nacionais, consumidores de alimentos. Assim, após a reestruturação da economia em função da crise do capitalismo, ocorre novamente um aumento na produção de arroz.

Fatores como os financiamentos agrícolas subsidiados via Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, transformação do sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul no Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)⁸, intensificação do processo de industrialização via substituição de importações durante a Segunda Grande Guerra Mundial, que impossibilitou tradicionais países exportadores de arroz a comercializá-lo, abriram novamente mais mercados.

Na década de 1950, com a substituição das importações pelo processo de industrialização atrelado ao novo padrão de acumulação capitalista centrado nesta instalação e expansão da indústria, redimensionou a importância do setor agrícola destinado ao mercado interno, levando muitos autores a chamar o Rio Grande do Sul em "celeiro" do Brasil.

Outro período muito importante para a constituição da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, foi à política governamental do período pós 1964 de cunho modernizante-conservador, trazendo assim vários benefícios para os interesses da classe latifundiária e capitalista no campo. Neste sentido, para BESCOW (1986, p. 105), é implantado, então, um sistema de apoio às atividades agropecuárias baseadas no crédito volumoso e subsidiado para o custeio e investimento acoplado à pesquisa, à assistência técnica e outros serviços.

⁸ O surgimento do Instituto Gaúcho do Arroz, possibilitou uma maior consolidação desta lavoura no Rio Grande do Sul, via intervenção estatal.

Assim, o processo de modernização da agricultura que começou a partir da década de 1960 acelerou a mecanização do campo, juntamente com o uso intensivo de agrotóxicos, favorecendo a expansão da orizicultura para áreas tradicionais apoiadas na pecuária extensiva, reorganizando o espaço agrário gaúcho.

3. As perspectivas da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul atualmente é responsável por mais de 40% da produção total de arroz do Brasil, e mais de 80% da produção nacional de arroz irrigado. Nos últimos dez anos, o estado do Rio Grande do Sul conseguiu dobrar o volume de arroz produzido, tornando-se o principal supridor deste produto para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e diversas capitais do nordeste e centro-oeste do país.

A lavoura orizícola desempenha no Rio Grande do Sul um grande papel econômico e social, além de representar a maior arrecadação de impostos na maioria dos municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que no decorrer do tempo a área desta lavoura oscilou bastante, em função das políticas agrícolas que sempre foram instáveis.

Ao comparar a área da lavoura orizícola, com as demais no estado do Rio Grande do Sul, percebe-se que esta lavoura sempre esteve em franca expansão, tanto do ponto de vista de produtividade quanto de área cultivada. Neste sentido, a lavoura orizícola tem mantido sua área cultivável estabilizada, embora com as oscilações do mercado mundial, que nas últimas décadas tem afetado em muito a cadeia produtiva do arroz irrigado.

Pode-se observar o desempenho adquirido pela lavoura orizícola no Rio Grande do Sul no período de 1985 e 1996, como pode-se verificar na Tabela 1.

Tabela 1. Área colhida com as principais lavouras no RS (1985 e 1996)

Área (ha)	1985	1995/96
Arroz	798.709	912.910
Feijão	187.290	193.087
Milho	1.425.922	1.334.614
Soja	3.611.032	2.403.615

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1996.

Considerando o Brasil, a área de cultivo de arroz reduziu-se em cerca de 6%, passando de 4.26 para 4.01 milhões de hectares. Nas últimas safras, o plantio de arroz já acumula redução de aproximadamente 7.5%. Destaca-se, que a área destinada à produção de arroz do tipo sequeiro praticamente manteve-se no mesmo patamar da safra passada, algo próximo a três milhões de hectares. Portanto, a queda na área plantada com arroz, ocorreu nas regiões de produção irrigada, com ênfase ao estado do Rio Grande do Sul.

Pesquisa desenvolvida pelo Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), sobre a lavoura de arroz irrigado no Rio Grande do Sul, detectou que esta apresenta um tamanho médio de 144, 67 ha. As lavouras com menos de 100 ha totalizam cerca de 14000, responsabilizando-se por 30% da produção estadual, as lavouras com mais de 400 ha correspondem com apenas 2.6% do total de propriedades cultivadas no Estado, mas colaboram com cerca de 27% da produção estadual.

Nas cinco grandes regiões produtoras de arroz do Rio Grande do Sul – Fronteira Oeste, Litoral Sul, Litoral Norte, Campanha e Depressão Central - foram cultivados de acordo com o IRGA, na safra 95/96, cerca de 782 mil hectares, com uma redução de 18% em relação a safra anterior, tendência que vem se confirmando no decorrer das décadas. Ressalta-se que, excetuando os municípios do Litoral Norte, os das demais regiões localizam-se na denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Atualmente, o cultivo de arroz irrigado no Rio Grande do Sul tem atingido níveis médios de produtividade superiores a cinco toneladas por hectare, girando em torno de 5,2 toneladas/ha. Essas altas taxas de produtividade estão associadas ao alto grau de especificidade desta lavoura no Estado, associada a intensiva introdução de tecnologias, caracterizando-se como uma lavoura altamente capitalista em seus meios de produção.

Ao analisar-se a tabela 02 percebe-se o nítido predomínio das lavouras até 100 hectares, ou seja, lavouras consideradas como pequenas. Mas ao analisar a área colhida, verificasse o predomínio das lavouras acima de 200 hectares, ou seja, lavouras consideradas grandes.

Desta maneira, verifica-se o alto nível tecnológico e de capitalização presente na lavoura orizícola gaúcha (Tabela 2).

Tabela 2. Tamanho das lavouras de arroz em (ha) no Rio Grande do Sul na safra 1995/96.

Classes (há)	Produtores (%)	Área colhida (%)
Até 100	87,5	14,2
100 A 200	4,1	11,0
200 A 500	4,2	23,0
500 A 1000	2,1	17,7
Mais de 1000	1,9	33,9

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1996.

Constatou-se que a grande maioria das lavouras de arroz do Rio Grande do Sul, ou seja, 87,5% possuem até 100 hectares, caracterizando-se desta forma como lavouras pequenas. Mas ao analisar a área cultivada por estas lavouras verificasse sua pequena participação no total de produção de arroz no Estado. Do outro lado, as lavouras maiores que 200 hectares, apesar de possuírem um número pequeno de produtores, concentram grande parte da produção total de arroz no Rio Grande do Sul.

Ao analisar a propriedade da terra na lavoura orizícola gaúcha, verifica-se que a maior parte desta lavoura é desenvolvida em terras próprias, mas essa é uma variável que não é homogênea em todo território gaúcho. Lavouras, como as localizadas na Depressão Central, tem em sua maioria agricultores como proprietários. No outro extremo, na Campanha Gaúcha, o predomínio é o arrendamento capitalista da terra. (Tabela 3).

Tabela 3. Condição do produtor de arroz em casca no Rio Grande do Sul na safra 1995/96

Condição do produtor	Nº de produtores	Área colhida (ha)
Proprietário	41814	592108
Arrendatário	3736	236180
Parceiro	2601	75503
Ocupantes	2344	9119

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1996.

Dentre os fatores que mais afetam a cadeia produtiva do arroz no Rio Grande do Sul, destaca-se a concorrência da lavoura orizícola do

Mercosul que possui uma carga tributária menor que a brasileira. Assim, estando em uma "era globalizada", e fazendo parte de um bloco econômico, o ideal seria possuir uma carga tributária homogênea, para garantir competitividade nos diferentes segmentos da cadeia produtiva da lavoura orizícola.

De acordo com FOZCHEZATTO apud YOKOYANA, RUCATTI; KLUTUCOUSKI (1999), a carga tributária do produto incidente no arroz em casca produzido no Brasil corresponde a 25,17%. Agregando outras etapas, como frete, beneficiamento e comércio varejista, a carga tributária do produto pronto para o consumo atinge, este índice atinge 36,17%.

Estudo realizado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) em 1987 identificou uma incidência de 33% de tributos sobre as cadeias alimentícias nacionais. Neste sentido, estudos preliminares indicam que a carga tributária incidente sobre o complexo do arroz no Uruguai e Argentina é, respectivamente de 14% e 16%, o que revela, portanto, uma desvantagem enorme do Brasil neste seguimento produtivo.

Destaca-se, que tanto a lavoura gaúcha quanto as dos vizinhos do prata, possuem características muito semelhantes. Desde as características físicas onde esta lavoura está inserida com predominância de relevos suaves, e também nas características humanas: tendo em vista que grande parte dos agricultores da Argentina e Uruguai são brasileiros, que imigraram em busca de condições mais favoráveis para desenvolver a lavoura orizícola.

Considerando os itens que elevam o custo de produção da lavoura orizícola Gaúcha em relação ao dos países do Mercosul, pode-se identificar algumas variáveis, tais como:

a) Insumos: normalmente são mais caros no Brasil. Enquanto um litro de herbicida empregado no cultivo do arroz custa US\$4 no Brasil, é adquirido por US\$ 3.5 na Argentina:

b) Máquinas e equipamentos: Apesar do Brasil contar com um importante parque de indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, diferente desses países vizinhos no Mercosul, os preços praticados são em torno de 25% a 40% superiores. No Uruguai e na Argentina, as máquinas e equipamentos agrícolas são vendidos com isenção tarifária. Essa é a determinante básica da diferença:

c) Mão-de-obra: No Brasil, o custo da mão-de-obra contratada é mais barata. Entretanto, os encargos sociais acabam onerando

severamente tal item do custo de produção, se comparado aos outros membros do Mercosul;

d) Custo financeiro: Atualmente, a agricultura brasileira praticamente não dispõe de crédito a taxas baixas, pois os recursos destinados a agricultura são captados em sua maior parte a taxas de mercado, que estão entre as mais caras do mundo. Este é um dos mais graves pontos de estrangulamento da competitividade da orizicultura gaúcha;

e) Custo da terra: O custo da terra arrendada é significativamente mais elevado no Rio Grande do Sul em comparação aos países do Mercosul. O custo de arrendamento atinge US\$ 150/ha no Rio Grande do Sul, enquanto na Argentina oscila em torno de US\$ 64/há;

f) Transporte: Com relação ao custo de frete da propriedade agrícola a indústria, é maior no Brasil, pois as distâncias são maiores e a maior parte do escoamento é realizado via rodoviária. Por outro lado, o custo de frete da indústria ao centro de consumo é menor no Brasil;

g) Carga tributária: Além do custo financeiro, a carga tributária, incidente sobre a cadeia da produção agrícola brasileira e das mais elevadas do mundo. Tomando-se como base o preço de venda final do arroz ao consumidor, a carga tributária é equivalente a 37%. No Uruguai, atinge 14% enquanto na Argentina é de 16%. Esta carga tributária, além de estimular a evasão fiscal e a sonegação no Brasil, penaliza intensamente a capacidade competitiva do arroz irrigado gaúcho.

A lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul, envolve atualmente cerca de 215 mil pessoas, distribuídas entre os segmentos produtivos agroindustriais de insumos e serviços. Entretanto, a partir de 1986 a lavoura orizícola enfrenta uma crise sem precedentes, centrada num endividamento crescente que se agravou na década de 1990. Além desse fator, destacam-se outros: a redução e encarecimento dos recursos destinados ao crédito rural; a extinção dos valores básicos para o custeio e a abertura as importações de terceiros países e a integração promovida pelo Mercosul.

O alto custo de produção da lavoura orizícola gaúcha é considerado pelos agricultores, como um dos principais problemas enfrentados pela lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, como pode ser observado nas tabelas anteriores. Assim, as vantagens de produzir arroz em outras regiões ou até mesmo na Argentina e Uruguai tornam-se

evidente na medida em que seus custos de produção são bem inferiores aos encontrados no Rio Grande do Sul, tornando-se, desta forma, áreas de atração de agricultores.

Assim, o fator terra aponta-se como um dos principais problemas enfrentados pelos orizicultores gaúchos, devido a mesma ser arrendada e o preço do arrendamento não ter reduzido com o decorrer do tempo, acompanhando as transformações que ocorreram na economia brasileira, com os diversos planos econômicos que foram instalados para tentar conter a inflação.

Desta forma, torna-se claro que o arrendamento para a reprodução da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul não é um bom negócio. A desvantagem encontrada no caso da terra arrendada deve-se ao custo médio do arrendamento US\$ 114,12/ha/ano (Agrianual, 2000). Assim, conforme o Anuário da Agricultura Brasileira (2000).

e fundamental que o produtor de arroz assuma algumas estratégias de gestão. Sem elas a viabilização da cultura fica difícil, do ponto de vista econômico. Ao arroteiro que produz em terra arrendada aconselha-se procurar rever os parâmetros do custo de arrendamento. Na atual realidade do mercado brasileiro de terras, a remuneração hoje em uso no Rio Grande do Sul compromete a rentabilidade do negócio de produzir arroz nessas condições. (p. 183).

Dentre os fatores que ameaçam a sustentabilidade da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, está a crescente participação da produção de arroz do tipo sequeiro produzido no Centro-Oeste, onde no decorrer do tempo as pesquisas e os estudos para melhorar a genética da planta tem sido incentivada por parte dos órgãos públicos e privados. Os pesquisadores estão preocupados com a queda da produção deste arroz, uma vez que seus rendimentos são baixos desestimulando sua produção por parte dos agricultores da região central do país. Desta forma, de acordo com a revista A Granja (1999, p. 18)

Embora os custos de produção do arroz de sequeiro sejam infinitamente inferiores ao cultivo irrigado, sua lucratividade final sempre foi insatisfatória. Este é um

dos fortes componentes para a sua acentuada diminuição de área em mais de 80% nos últimos 10 anos, nos estados de Tocantins e Goiás. Neste período, a Embrapa Arroz e Feijão, com sede em Goiânia, vem pesquisando com êxito novas variedades que, além de mais produtivas, possuem qualidade similar ao agulhinha produzido nas várzeas.

Assim, o crescente incentivo a pesquisa ao arroz de sequeiro ou arroz de terras altas, tem feito crescer a participação da produção de estados como o Mato Grosso no cenário nacional, com plantio de variedades de rendimento e qualidades elevadas. Os precursores da nova ascensão do arroz de sequeiro são os produtores de soja altamente tecnificados da região Centro-Oeste, que estão adotando o arroz como cultura de rotação e obtendo bons resultados econômicos, uma vez que os novos cultivares permitem colher arroz de qualidade e preço comparáveis aos do agulhinha produzidos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Neste sentido, a região do Centro-Oeste esta se configurando como uma área de atração para a produção de arroz. A presença de agricultores gaúchos tem se acentuado no Centro-Oeste, para dedicarem-se a produção de soja ou criação de bovinos, e também atualmente, estão dedicando-se a pequenas experiências com o cultivo do arroz.

Verifica-se também, o deslocamento de unidades de empresas gaúchas destinadas ao beneficiamento de arroz, em direção ao Centro-Oeste, que se dá na medida em que os custos de produção do arroz de sequeiro está bem abaixo do arroz irrigado, possibilitando desta forma, um maior rendimento para as empresas. Pode-se citar como exemplo a "Agroindustrial Domingos Casarin" de Pelotas e a "Urbano Agroindustrial" de São Gabriel, que estão com unidades de beneficiamento em Sinop, estado de Mato Grosso (Zero Hora 18/03/2000).

Sabe-se, que outro fator responsável pela concorrência a produção de arroz do Rio Grande do Sul, é o Mercosul, uma vez que, tanto a Argentina como o Uruguai são grandes produtores de arroz irrigado, onde os agricultores destes países, em sua maioria são brasileiros, que foram para os vizinhos do Prata, plantar arroz em função

das políticas públicas voltadas para o setor agrícola serem mais atrativas que as do Brasil. Além disso, no Uruguai e na Argentina, os orizicultores tem acesso a terras mais baratas ou arrendamento com custos bem abaixo dos praticados no Rio Grande do Sul.

Neste sentido, cabe-se ressaltar os estudos de BENETTI (1994) apud HAESBAERT (1998, p. 61) referentes aos fatores que teriam provocado essa expansão da fronteira agrícola gaúcha para os dois vizinhos do Prata

terra próxima, barata e de qualidade superior a encontrada no Estado; rentabilidade microeconomia mais favorável da lavoura em expansão (a do arroz); proximidade de mercado consumidor(o principal destino da produção uruguaia é o próprio Brasil) e custos de exportação competitivos.

Portanto, estes países membros do Mercosul privilegiam-se das normas afirmadas pelo "mercado" para exportar seu excedente para o mercado brasileiro. Nesta perspectiva, deve-se destacar que, enquanto o arroz é o alimento básico para a população brasileira, cujo consumo médio dos últimos anos foi de 72,0 kg/habitante, o mesmo não ocorre com a Argentina e Uruguai, que consomem, respectivamente cerca de 6 a 11 Kg/habitante/ano, tal como nos Estados Unidos, União Européia e demais países desenvolvidos.

Nos estudos de HAESBAERT (1998) analisando a questão da expansão da fronteira agrícola brasileira, estima-se que existam dois mil produtores rurais, os quais responderiam por mais da metade da produção de arroz, o mesmo se aplica ao caso argentino. Assim, fala-se de uma invasão brasileira no Uruguai, onde quatro milhões de hectares estariam nas mãos de estrangeiros, basicamente compostos por brasileiros. Destaca-se também que a maioria dos agricultores utilizam a mão-de-obra brasileira (residentes nas antigas áreas de produção de arroz). Destacando-se, que grande parte dos produtores permanecem com propriedades ou residindo no Brasil.

O somatório da produção do Brasil e dos excedentes exportáveis da Argentina e do Uruguai totaliza cerca de 12,5 milhões de toneladas, suficientes para atender a demanda do Mercosul (12,1 milhões de toneladas). O Brasil é, portanto, o principal mercado de arroz dentre os três países (YOKOYANA; RUCATTI; KLUTHCOUSKI, 1999).

Neste contexto, por produzir arroz de excelente qualidade, semelhante ao do Rio Grande do Sul, o Uruguai tem mercado comprador garantido. As exportações de arroz uruguaio para o Brasil atingem mais de 80% do total das vendas. Além do Brasil, o Uruguai exporta arroz para o Oriente Médio, Europa e outros países da América Latina. Assim, a Argentina, com menor tradição de exportação que o seu país vizinho, tem no Brasil o seu grande comprador para a produção excedente.

Desta forma, dos países membros do Mercosul, o Uruguai é o maior exportador de arroz para o Brasil. Como o mercado brasileiro permite a absorção de sua produção, que é basicamente voltada para o mercado externo, sua produção tornou-se especializada na produção de arroz agulhinha que possui qualidade igual ao produzido no Rio Grande do Sul.

Desta forma, a atual política do governo brasileiro, ao tentar suprir a demanda de arroz no país, é a importação de arroz da Argentina e do Uruguai, na qual estas importações giram em torno de 650 mil a 750 mil toneladas anuais. Acrescentada também pela importação de arroz oriundo de outros mercados como o dos Estados Unidos, Itália, Vietnã, Tailândia dentre outros.

Torna-se bem claro que as políticas adotadas na década de 1970, na qual permitiram a expansão da lavoura orizícola no Rio Grande do Sul, objetivava basicamente a expansão da produção de grãos, não estando associada com uma verdadeira política agrícola. Utilizavam-se, para tanto, políticas compensatórias de garantia de preços mínimos, crédito e subsídios. O que de certa forma, possibilitou a inserção da orizicultura em áreas até então dominadas pela pecuária, alicerçada no arrendamento capitalista da terra. Neste período da economia brasileira, não eram priorizadas as questões que integram os custos de produção, gerenciamento da propriedade e competitividade. Fatores estes, que atualmente são os principais entraves da lavoura orizícola no estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Yokoyana; Rucati; Kluthcouski, (1999) na medida em que se transcorria a década de 80, os recursos governamentais para o custeio e comercialização foram reduzidos, sendo intensificados após o Plano Cruzado. Enquanto que na década de 1990, o Brasil incorporou as tendências internacionais de mercados globalizados e abertos as políticas de governo voltadas aos objetivos de integração, exigindo assim, a participação efetiva da iniciativa privada, reduzindo o

protecionismo e evoluindo para os conceitos de eficiência e competitividade.

Neste sentido, as novas relações estabelecidas com a formação de blocos ou mercados econômicos nem sempre correspondem a uma efetiva unificação, mesmo se levarmos em consideração somente as mercadorias. Assim, conforme Haesbaert (1998):

de fato o mercado segmentou o espaço de tal forma que, podemos afirmar, a fragmentação, com conseqüente desativação de inúmeros espaços, desconectados das grandes redes do capital, é ao mesmo tempo produto e produtora da globalização.(...) Assim a ação do grande capital se dá, entre outras formas, via diluição(relativa) do poder dos estados e de suas fronteiras, especialmente no controle do fluxo de capitais e mercadorias, como acontece entre espaços nacionais como os que estamos analisando, correspondentes aos quatro parceiros do Mercosul. (p. 63).

Torna-se evidente, que com a abertura econômica e a posterior integração regional representada pelo Mercosul, impõe-se maior especialização na produção, a partir da geração e difusão de tecnologia, aliada a eficiência na administração da propriedade. Assim, é fundamental que a orizicultura gaúcha passe por um processo de reestruturação de seu sistema produtivo, com o objetivo de adequar-se a um mercado mais competitivo, fundamentado em ações de modernização e reorganização da atividade em busca da sustentabilidade, associada ao ajuste tributário no Mercosul. Mas ressalta-se que estas medidas não são possíveis de serem realizadas sem a presença da esfera federal em adotar uma política agrícola capaz de manter o homem no campo, de forma justa e compensatória.

Neste contexto, essa abertura econômica representada inicialmente pelo Mercosul, e a falta de uma política agrícola que beneficie os produtores brasileiros tem gerado, nos últimos anos, um certo desconforto por parte dos produtores rurais, especialmente os agricultores que se destinam a produção de arroz irrigado principalmente no Rio Grande do Sul.

Assim, verifica-se que nas últimas safras, várias reivindicações foram levantadas por estes agricultores, que estão observando o sucateamento de suas lavouras. Desta forma, essa indignação com a falta de interesse por parte do poder público, tem sido manifestada através de barricadas, nas fronteiras por onde o arroz argentino e uruguaio costumam ser exportados para o Brasil, no qual o Rio Grande do Sul assiste de camarote a passagem do arroz que tem no incentivo de sua produção e na política agrícola diferenciada o seu suporte para a produção.

Desta forma, tomando por base à imprensa escrita do Rio Grande do Sul, pode-se verificar que no período de 1999/2000, as reivindicações por parte dos agricultores gaúchos produtores de arroz tomou uma conotação nacional, na medida em que mostrou para a sociedade a importância da lavoura orizícola para a economia brasileira, de modo a garantir a autonomia de gêneros alimentícios no Brasil. De todas as crises passadas pelo setor orizícola gaúcho, o da safra passada (ou seja 99/2000) foi a que teve as maiores manifestações de repúdio a atual política adotada no país para a agricultura, em especial a lavoura orizícola.

Neste sentido, conforme CORREA (Zero Hora 27/04/00 – Caderno Campo & Lavoura) dentre as reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul ao Governo Federal, destacam-se as seguintes:

- a) liberação de Empréstimos no Banco do Brasil e em bancos privados; disponibilidade de recursos para a aquisição do arroz produzido no Centro-Oeste para os estoques;
- b) alto custo de produção restabelecimento do mercado de opções nos moldes do ano anterior – preço base de R\$ 15.00 e prazo de vencimento do contrato em 60 dias;
- c) aquisição de 500 mil toneladas da safra de 1999; efetiva aplicação dos recursos de apoio à comercialização anunciados oficialmente na imprensa;
- d) elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) para 35%, revisão dos acordos do Mercosul, com a participação da Câmara Setorial do Arroz.

Já em nível estadual, os agricultores exigem uma equiparação da alíquota de imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado no arroz aos outros estados da federação (com redução de 12% para 7%); alongamento das dívidas de energia elétrica; dispensa da

hipotecaria para liberação de EGF no BANRISUL; engajamento do governo do Estado em um programa de exportação de arroz.

Assim, cabe-se ressaltar a importância do Instituto Riograndense do arroz (IRGA) e dos Sindicatos Rurais, como agentes políticos frente às mobilizações deste período. Assim, em vários municípios, as reivindicações dos arroteiros foram demonstradas através de barricadas e trancamento das rodovias que dão acesso aos postos de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul.⁹

O período correspondente ao da safra 1999/2000, foi marcado pela luta de interesse entre o governo em querer manter os acordos firmados no Mercosul e entre os agricultores que se encontravam lesados em função de não conseguirem cobrir os custos de produção.

4. Considerações finais

Na medida em que a lavoura orizícola consolidou-se no espaço agrário gaúcho, ela foi capaz de dividir espaços substanciais com a pecuária, até então, principal atividade econômica. Percebe-se, então, a formação e organização de uma cadeia produtiva no decorrer das décadas, basicamente voltada para o abastecimento do mercado interno, formado pelas grandes cidades do sudeste brasileiro.

As desvantagens da lavoura orizícola gaúcha, tem propiciado nos últimos anos, a transferência de vários agricultores para os países vizinhos, onde encontram incentivos para sua produção. E mais recentemente, na década de 1990, o deslocamento de agricultores e agroindustriais para a região Centro-Oeste do Brasil, influenciada pelo ganho de produtividade do arroz de sequeiro nas últimas safras e também pelo custo de produção ser bem menor do que o arroz irrigado do Rio Grande do Sul.

Portanto, percebe-se, na atualidade, a desestruturação da lavoura orizícola gaúcha, que ocorre, em partes, em função dos acordos estabelecidos com o Mercosul. Assim, o que se assiste atualmente é o reflexo das políticas públicas adotadas pelo governo federal, que visa não mais o protecionismo da lavoura orizícola como acontecia na

⁹ As barricadas e trancamento de rodovias marcaram a safra 1999/2000, onde foram impedidos de entrar no Brasil exportações de arroz da Argentina e Uruguai. Na realidade, essas manifestações vêm ocorrendo desde as safras anteriores, mas intensificou-se na última.

década de 1970, mas sim, a abertura do mercado para a concorrência estrangeira.

Neste contexto, acredita-se que a discussão referente a sustentabilidade da lavoura orizícola principalmente no estado do Rio Grande do Sul, deverá partir da análise de vários fatores, podendo-se citar, a falta de acesso a terra para produzir, o alto custo do arrendamento da terra, o problema da irrigação com a degradação dos recursos hídricos, as terras degradadas devido o uso inadequado, e atrelado a todos estes fatores a concorrência dos países vizinhos que possuem uma lavoura com qualidade igual ou superior a gaúcha e, mais recentemente, o arroz de sequeiro do Centro - Oeste brasileiro.

Tratando-se de um alimento básico da alimentação do brasileiro, o arroz, juntamente com o feijão, a mandioca, dentre outros, não recebem incentivos para seus cultivos no território nacional. Desta maneira, comprometendo toda uma cadeia produtiva que se formou e organizou-se no decorrer do tempo no Rio Grande do Sul, em especial toda a Metade Sul do Estado Gaúcho.

Referências Bibliográficas

- ANUÁRIO DA AGRICULTURA BRASILEIRA. **Agrianual**, 2000.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO IRGA. (Vários anos)
ARROZ: entre a cruz e a espada. **Revista a granja**, São Paulo, nº 13, 1998/1999.
ARROZ sem clima de festa. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22 dez. 2000. Caderno Campo e lavoura.
BAHIA, C. Importações Liberadas pela Justiça. **Zero Hora**, Porto Alegre, 09 jul. 2000. Caderno campo e lavoura.
BAHIA, C. Importações Liberadas pela Justiça. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 maio 2000. Caderno campo e lavoura.
BALDI, N. Mercado preocupa arroteiros gaúchos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 mar. 2000. Caderno campo e lavoura.
BESKOW, P. R. **O arrendamento Capitalista na Agricultura: Evolução e Situação Atual da Economia do Arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo : HUCITEC, 1986.

- BEZZI, M.L. **São Borja Transformações no Espaço Agropecuário: O processo de Despecuarização**. Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1985. il. Dissertação (Mestrado Org. do Espaço). I. G. C. E. UNESP.
BRUM, A J. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
CARVALHO, Y.M.C. de. Desafios da agricultura para o desenvolvimento sustentado. **Informações Economicas**, São Paulo, v 27, n 5, maio 1997.
CORREA, J. **Arrozeiros pedem revisão de acordo**. Zero Hora/27/04/00 caderno Campo & Lavoura. Ano 36 nº 12670.
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL secretaria da Coordenação e Planejamento. **Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul do RS**. Relatório Final. Volume VIII – Estudos Setoriais. Engevix Engenharia S/C. LTDA. 1996.
GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
GUIMARÃES, E. P.; SANT'ANA, A. Sistema de cultivo. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão. 1999.
GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
HAESRBAERT, R. **RS Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
HAESBAERT, R. Região e Redes Transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos países do Mercosul. In STROHAECKER, T.M. et al (Orgs) **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.
JUSTIÇA suspende importações de arroz. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 jul. 2000. Caderno campo e lavoura.
LAVOURA ARROZEIRA, **Crescimento e desenvolvimento, sistematização e preparo do solo**. Porto Alegre, v 49, nº 426, mar/jun. 1996.
MACIEL, M. União recorre para liberar importações. **Zero Hora**, Porto Alegre, 22/ jul. 2000. Caderno campo e Lavoura.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.
MOREIRA, I. A.G; COSTA, R. H. da. **Espaço e Sociedade no RS**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

- MOREIRA, R. S; MANDUCA, J. A. Comercialização. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão. 1999.
- MÜLLER, G. O Agrário Verde Amarelo, Hoje e Amanhã. **Revista de Geografia Brasileira**, v 54, nº 04, p. 30-45. out/ dez. 1992.
- SOUZA FILHO, F. R. de. As transformações no Espaço Agrário "Sul – Rio – Grandense" pós 1960. Porto Alegre. **Cadernos de Sociologia** – nº especial, p.74-94. out/ 1994.
- TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1983. 95 p. (Documenta, 27)
- VIEIRA, E.F.; RANGEL, S.S. **Geografia Economica do RS: Espacialidade/Temporalidade na organização rio-grandense**. Porto Alegre: Sagra/ DC Luzzatto, 1993.
- YOKOYAMA, L. P; RUCATTI, E. G. KUTHCOUSKI, J. Economia da produção: conjuntura, mercados e custos. In VIEIRA, N.R. de A. (Org) **A cultura do arroz no Brasil**. Santo Antonio de Goiás: EMBRAPA Arroz e Feijão, 1999.